

**PROTOCOLO ENTRE O ICP- AUTORIDADE NACIONAL DE
COMUNICAÇÕES (ICP-ANACOM) E A AUTORIDADE NACIONAL DE
PROTECÇÃO CIVIL (ANPC)**

Considerando que à ANPC compete a segurança das populações e do património, assegurando nomeadamente o planeamento, coordenação e execução, no âmbito das suas competências, das actividades de prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, das actividades dos bombeiros e em matéria de planeamento de emergência;

Considerando que o ICP-ANACOM tem por objecto a regulação, supervisão e representação do sector das comunicações nos termos dos seus Estatutos e da Lei;

Considerando que, conforme dispõe a alínea j) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 75/2007 de 29 de Março, o organismo responsável pelas comunicações tem o dever especial de colaborar com a ANPC;

Considerando que se incluem no âmbito das competências do ICP-ANACOM a colaboração na definição das políticas de planeamento de emergência e a garantia do cumprimento de obrigações, por parte das empresas que oferecem redes ou serviços de comunicações electrónicas em situação de grandes catástrofes, e por parte das empresas que oferecem redes e serviços telefónicos acessíveis ao público em situações de emergência ou de força maior;

Considerando que em matéria de concessão dos serviços públicos de telecomunicações, o funcionamento destes deve ser garantidos pela concessionária de forma apta e adequada em situações de crise, emergência ou guerra;



Considerando a eventual necessidade de definir requisitos de meios que, em termos de comunicações electrónicas acessíveis ao público, possam suportar no todo ou em parte as necessidades de comunicação das autoridades de protecção civil em situação de grande catástrofe;

Considerando a que a referida definição de requisitos só é possível através de um estudo que identifique e caracterize as necessidades operacionais das autoridades de Protecção Civil bem como os recursos que, em termos de comunicações electrónicas acessíveis ao público, as possam suprir;

Considerando que na prossecução dos princípios de interesse público a participação em exercícios e em comissões que tenham a componente de comunicações electrónicas públicas prevista no objectivo de protecção e socorro dos cidadãos e dos seus bens, deve ser desenvolvida em ambiente de estreita comunicação e colaboração;

Reconhecendo que todas as acções a desenvolver para a prossecução e efectivação do bem-estar das populações no âmbito da Protecção Civil, dentro das áreas da respectiva competência, devem ser acompanhadas e validadas pelas partes;

Celebra-se, entre a ANPC e o ICP-ANACOM, em execução do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, e do artigo 15.º dos Estatutos do ICP-ANACOM, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de Dezembro, o presente protocolo o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objectivo

O presente protocolo tem por objectivo estabelecer os mecanismos de cooperação entre as partes no âmbito das acções necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da componente do Plano Nacional de

Comunicações da Protecção Civil que, no âmbito da legislação em vigor, deva ser suportada nas redes e serviços públicos de comunicações electrónicas.

Cláusula 2.ª

Áreas de cooperação

1. As partes acordam em cooperar nas seguintes áreas:
 - a. Elaboração de estudos, no domínio da actuação de cada autoridade, em matérias de interesse comum;
 - b. Participação conjunta em exercícios de Protecção Civil de nível Nacional, ou de outro nível se a ANPC o solicitar;
 - c. Participação conjunta em operações de protecção e socorro, a pedido do Presidente da ANPC, no âmbito do Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro (DIOPS).
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, as partes obrigam-se a disponibilizar os dados e toda a informação em seu poder necessários à prossecução dos estudos, bem como a desenvolver as tarefas que no âmbito das suas competências sejam necessárias à devida implementação das pertinentes conclusões e/ou recomendações que dos mesmos resultem.
3. Sem prejuízo de outras especificidades em estudos ulteriores, as partes acordam desde já na elaboração de um estudo de âmbito nacional, restrito numa primeira fase ao Continente, e distrital, com o objectivo de definir os requisitos que a componente de comunicações públicas do Plano Nacional de Comunicações de Protecção Civil deve satisfazer, e em que as partes terão as seguintes responsabilidades:
 - a. À ANPC incumbirá, especialmente:
 - i. A indicação dos requisitos a que deverá obedecer o estudo;
 - ii. Dar acesso aos dados operacionais e outros que sejam necessários ao desenvolvimento do estudo;

- iii. A nomeação de representante para acompanhar a preparação e desenvolvimento do estudo, nomeadamente nas componentes técnica e operacional;
 - iv. A articulação com as várias autoridades envolvidas nas acções de Protecção Civil;
 - v. A confirmação de que, no âmbito das suas competências, o plano está de acordo com os requisitos aplicáveis.
- b. Ao ICP-ANACOM incumbirá, especialmente:
- i. A aquisição do estudo de desenvolvimento do plano;
 - ii. A preparação do caderno de encargos para a aquisição do estudo;
 - iii. A coordenação do estudo, através do seu representante;
 - iv. A nomeação do seu representante;
 - v. A validação dos resultados, no âmbito das suas competências;
 - vi. Dar acesso aos dados necessários;
 - vii. A articulação com as empresas que oferecem redes ou serviços de comunicações electrónicas.

Cláusula 3.^a

Articulação entre Autoridades

1. As partes estabelecerão um sistema de contactos periódicos entre os serviços de ambas, previamente indicados, que permita identificar as matérias a articular no âmbito das respectivas atribuições.
2. De forma a agilizar a troca de informações, em particular em assuntos de natureza operacional, são estabelecidos pontos de contacto directos entre os serviços e departamentos competentes das partes.

Cláusula 4.ª

Prazo

O presente protocolo produz efeitos na data da sua assinatura e é válido por um período de 3 anos, sendo a respectiva renovação automática, por períodos iguais e sucessivos, sem prejuízo da faculdade de denúncia, por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 30 dias, em relação ao fim do prazo inicial ou da renovação em curso.

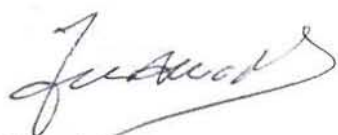
Cláusula 5.ª

Alterações

1. O presente protocolo pode ser alterado em qualquer momento por acordo entre as partes.
2. A alteração será efectuada por escrito e assinada por ambas as partes, ou por seus representantes autorizados e entrará em vigor na data por estas estabelecida.

Lisboa, 4 de Maio de 2010

Pelo ICP-ANACOM



Prof. Doutor José Amado da Silva

Pela ANPC



Major-General Arnaldo Cruz